

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2013 e de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas aos exercícios findos nessas datas.

Caxias do Sul, 09 de agosto de 2013.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)		
	2013	2012
Ativo		
Circulante	349.339	312.885
Disponibilidades	28	25
Aplicações interfinanc. de liquidez (Nota 4)	25.175	40.759
Aplicações no mercado aberto	25.175	40.759
Operações de crédito	275.537	252.930
Setor privado (Nota 5 (a))	286.491	269.799
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (Nota 5 (e))	(10.954)	(16.869)
Outros créditos	11.718	7.828
IR e contrib. social diferidos (Nota 14 (b))	4.367	4.148
Títulos e créditos a receber (Nota 5 (a))	631	746
Outros créditos diversos (Nota 6)	7.101	6.571
Provisão para outros créditos em liquidação duvidosa (Nota 5 (e))	(381)	(907)
Outros valores e bens (Nota 7)	36.881	11.343
Realizável a longo prazo	498.633	430.496
Operações de crédito	487.780	416.198
Setor privado (Nota 5 (a))	499.926	427.657
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (Nota 5 (e))	(12.146)	(11.459)
Outros créditos	10.853	14.298
IR e CS diferidos (Nota 14 (b))	11.018	14.454
Provisão para outros créditos em liquidação duvidosa (Nota 5 (e))	(165)	(156)
Permanente	966	819
Imobilizado de uso	686	449
Imobilizações de uso	1.122	830
Depreciações acumuladas	(436)	(381)
Intangível	280	370
Imobilizações de uso	699	657
Amortizações acumuladas	(419)	(287)
Total do ativo	848.938	744.200

Passivo e patrimônio líquido			2013	2012
Circulante			221.784	198.893
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais			208.746	187.990
BNDES (Nota 8)			208.746	187.990
Outras obrigações			13.038	10.903
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados			78	42
Fiscais e previdenciárias (Nota 9)			7.780	8.212
Outras obrigações (Nota 10)			5.180	2.649
Exigível a longo prazo			451.390	383.622
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais			451.390	383.622
BNDES (Nota 8)			451.390	383.622
Resultados de exercícios futuros			808	1.682
Receitas de exercícios futuros (Nota 12)			808	1.682
Patrimônio líquido (Nota 13)			174.956	160.003
Capital			100.000	100.000
Reservas de lucros			75.183	60.003
Ajustes de avaliação patrimonial			(227)	-
Total do passivo e patrimônio líquido			848.938	744.200

Demonstrações de resultados dos Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)		
	2013	2012
Receitas da intermediação financeira	37.962	43.368
Operações de crédito	36.743	41.088
Result. de oper. com títulos e valores mobiliários	1.219	2.280
Despesas da intermediação financeira	(17.202)	(20.387)
Operações de empréstimos e repasses	(12.565)	(17.175)
Prov. para créditos de liquid. duvidosa (N. 5 (f))	(4.637)	(3.212)
Resultado bruto da intermediação financeira	20.760	22.981
Outras receitas (despesas) operacionais	(6.440)	(5.758)
Rendas de tarifas bancárias	294	290
Despesas de pessoal	(4.883)	(4.066)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(1.864)	(2.146)
Despesas tributárias (nota 17)	(1.264)	(1.320)
Outras receitas (desp.) operac., líquidas (N. 18)	1.277	1.484
Resultado operacional	14.320	17.223
Resultado não operacional (Nota 19)	94	(56)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	14.414	17.167
Imposto de renda e contribuição social	(5.883)	(7.466)
Corrente (Nota 14 (a))	(7.325)	(7.320)
Diferido (Nota 14 (a))	1.442	(146)
Lucro líquido do semestre	8.531	9.701
Lucro líquido do semestre por ação - R\$	0,085	0,097

Demonstrações do valor adicionado Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)		
	2013	2012
Receitas		
Receitas de intermediação financeira	37.962	43.368
Receita de prestação de serviços	294	290
Outras receitas (desp.) operac. e não operac.	1.371	1.427
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.637)	(3.212)
	34.990	41.873
Recursos obtidos de terceiros		
Despesas de intermediação financeira	(12.565)	(17.175)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	(1.310)	(1.596)
Valor adicionado total bruto	21.115	23.102
Depreciação	(132)	(116)
Valor adicionado líquido produzido pelo Banco - Total a distribuir	20.983	22.986
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	3.723	2.986
Remuneração direta	531	512
Benefícios	160	153
FGTS	4.414	3.651
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	7.596	9.181
Estaduais	-	1
Municipais	21	19
	7.617	9.201
Remuneração de capitais de terceiros		
Alugueis	421	433
	421	433
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos	8.531	9.701
	8.531	9.701
Valor adicionado distribuído	20.983	22.986

Demonstrações dos fluxos de caixa dos Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)		
	2013	2012
Fluxo de caixa das ativ. operacionais		
Lucro líquido do semestre	8.531	9.701
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Corrente	7.325	7.320
Diferido	(1.442)	146
Lucro líquido antes do IR e da CS	14.414	17.167
Ajustes		
Depreciações	132	117
Provisão para créditos de liquid. duvidosa	4.637	3.212
Despesa de juros e variações monetárias da intermediação financeira	12.565	17.175
Lucro líquido ajustado	31.748	37.671
Varição de ativos e obrigações		
(Aumento) Red. em operações de crédito	(45.658)	(5.584)
(Aumento) Redução em outros créditos	421	(1.948)
Baixa de oper. de crédito de liquidação duvidosa para prejuízo (nota 5.f)	(9.001)	(1.490)
(Redução) Aumento em outras obrigações	1.547	(2.648)
Ajustes de avaliação patrimonial	(116)	-
Efeito tributário sobre ajustes de avaliação patrimonial	(76)	-
Redução em result. de exercícios futuros	(285)	(573)
Caixa proveniente das operações	(21.420)	25.428
Juros pagos	(12.932)	(17.231)
Imposto de renda e contrib. social pagos	(6.399)	(7.960)
Caixa líquido prov. das ativ. operacionais	(40.751)	237
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(Aquisição) Alienação de bens não de uso	(7.289)	(7.927)
Aquisição de imobilizado	(359)	(193)
Caixa líquido aplicado em proveniente de atividades de investimentos	(7.648)	(8.120)
Fluxos de caixa das ativ. de financiamento		
Captações de obrig. p/emprést. e repasses	147.751	94.400
Liquid. de obrig. por emprést. e repasses	(102.092)	(93.794)
Dividendos pagos	(6.438)	(6.000)
Caixa líquido aplicado em proveniente de atividades de financiamentos	39.221	(5.394)
(Redução) de caixa e equivalentes	(9.178)	(13.277)
(Redução) de caixa e equivalentes		
Caixa e equival. de cxa no início do semestre	34.381	54.061
Caixa e equival. de cxa no final do semestre	25.203	40.784
(Redução) de caixa e equivalentes	(9.178)	(13.277)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2011	100.000	4.043	47.118	-	-	151.161
Dividendos complementares (R\$ 8,59 por lote de mil ações)	-	-	(859)	-	-	(859)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	9.701	9.701
Destinações:						
Reserva legal	-	485	-	-	(485)	-
Reservas de lucros	-	-	9.216	-	(9.216)	-
Em 30 de junho de 2012	100.000	4.528	55.475	-	-	160.003
Varição do semestre	-	485	8.357	-	-	8.842
Em 31 de dezembro de 2012	100.000	5.183	61.469	(111)	-	166.541
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	8.531	8.531
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(116)	-	(116)
Destinações:						
Reserva legal	-	426	-	-	(426)	-
Reservas de lucros	-	-	8.105	-	(8.105)	-
Em 30 de junho de 2013	100.000	5.609	69.574	(227)	-	174.956
Varição do semestre	-	426	8.105	(116)	-	8.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Moneo S.A. iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de banco múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas cartilhas "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o banco pertence.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Em 07 de agosto de 2013 o Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir desta data.

3. Principais práticas contábeis: a. **Auração de resultados:** As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência. b. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. c. **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: i. **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; ii. **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e iii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. d. **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização ("accrual") das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito. e. **Ativo permanente:** O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso). O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado. f. **Imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização de/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos econômicos de lucros tributários futuros e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 e a provisão para a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. g. **Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. h. **Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia). i. **Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

l. **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** O valor de mercado dos títulos públicos federais (LFTN) foi obtido através da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. O título privado (certificados de depósito interfinanceiro - CDI) foi remunerado à alíquota de 101,9% DI (Depósito Interfinanceiro) acumulado pelo período de permanência do título até a data-base.

5. Operações de crédito: As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos, comprar e descontos de duplicatas concedidos a pessoas físicas e jurídicas (indústria, comércio e serviços), decorrentes de operações de crédito pessoal e de aquisições de bens principalmente vinculados a empresa Marcopolo S.A. do Grupo Marcopolo, ao qual também pertence o Banco. A rubrica de "outros créditos com característica de concessão de créditos" refere-se a operações recebidas em transferência (recompra) de instituições financeiras com as quais o Banco figura como intermediador financeiro em operações de Finance Leasing. As operações de crédito do Banco são suportadas por garantias vinculadas à (alienação fiduciária, duplicatas, hipoteca) que podem representar de 100% a 130% do total do crédito concedido. a. **Composição das operações de crédito, títulos e créditos a receber**

	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Empréstimos	81.820	85.005		
Títulos descontados	24.582	18.790		
Comprar	7.908	-		
Financiamento	672.107	593.661		
Total	786.417	697.456		
Circulante	286.491	269.799		
Realizável a longo prazo	499.926	427.657		
Total	786.417	697.456		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.100)	(28.328)		
Total líquido	763.317	669.128		
	2013	2012		
Outros Créditos com característica de concessão de crédito (Nota 5 (d))	631	746		
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 5 (d))	(52)	(469)		
Total líquido	579	277		
	2013	2012		
Total das oper. de crédito e outros créditos	787.048	698.202		
Total do prov. para créditos de liquid. duvidosa	(23.152)	(28.797)		
Total Geral Líquido	763.896	669.405		
b. Concentração dos maiores tomadores de crédito				
	Concentração das operações de crédito em 30 de junho			
	2013	2012	%	
10 maiores devedores	114.167	14.51	135.134	19,35
50 seguintes maiores deved.	262.827	33,39	237.717	34,05
100 seguintes maiores deved.	205.368	26,09	175.036	25,07
Demais devedores	204.686	26,01	150.315	21,53
Total	787.048	100,00	698.202	100,00

c. Composição da carteira por vencimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco. O valor das contingências possíveis não provisionadas totalizam o montante de R\$ 2.106 (R\$ 1.332 em 2012) referente a processos cíveis relativos à revisionais de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 35 ações. **Obrigações legais - fiscais** - Consiste principalmente, em ação de revisão na base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja possibilidade de perda é provável. O Banco realizou o recolhimento de tais valores na forma de depósitos judiciais até julho de 2011, estes valores estão apresentados na conta "Outros créditos - diversos" na rubrica de Recursos fiscais conforme Nota 6. A partir de agosto de 2011, considerando a possibilidade provável de perda, o Banco deixou de recolher os mesmos na forma de depósito judicial, e passou a recolhê-los mensalmente de forma integral. **12. Resultados de exercícios futuros:** Constituídos por receitas com avais e fianças concedidos em operações de arrendamento mercantil "Leasing" e "Finame Leasing", a serem apropriados em resultados futuros conforme abaixo:

	2013	2012
2012	-	616
2013	340	656
2014	358	300
2015	107	107
2016	3	3
	<u>808</u>	<u>1.682</u>

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Instituição pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 100.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no montante de R\$ 100.000.000,00. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 30 de junho de 2013 no montante de R\$ 69.574 corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. **c. Dividendos:** Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 28 de março de 2013, foram pagos dividendos, aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2013, relativos à data-base 31 de dezembro de 2012. No semestre foram pagos dividendos conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Saldo anterior, em 31 de dezembro de 2012	6.438	5.141
Dividendos complementares provisionados	-	859
Pagamentos realizados no semestre	(6.438)	(6.000)
Saldo atual, em 30 de junho de 2013	-	-

Os resultados do primeiro semestre 2013 foram destinados a constituição de Reserva Legal e Reserva Estatutária, conforme previsto no estatuto. **14. Imposto de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social correntes:** Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro do período:

	2013	2012
Lucro antes da tributação sobre o lucro	14.414	17.167
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 40%	(5.765)	(6.867)
Adições permanentes no imposto corrente	(130)	(537)
Adições temporárias no imposto diferido	-	(74)
Outras adições, líquidas	12	12
Imposto de renda e contrib. social no resultado	(5.883)	(7.466)
IRPJ corrente	(4.585)	(4.772)
CSLL corrente	(2.740)	(2.548)
IRPJ diferido	866	(119)
CSLL diferido	576	(27)
	<u>(5.883)</u>	<u>(7.466)</u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 30 de junho, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

	2013	2012
Diferenças temporárias		
Prov. p/creditos de liquid. duvidosa (Nota 5 (e))	23.646	29.391
Créditos baixados para prejuízo	9.323	4.818
Provisão para PLR, Bônus	632	438
Provisão para contingências (Nota 11)	3.482	3.501
Prov. para perdas em bens não de uso (Nota 7)	347	666
Perdas em bens não de uso baixados p/prejuízo	514	755
Provisão Marcoprev	378	-
Base de cálculo para IR	38.322	39.569
Prov. para Gratificação Administradores na CS	-	370
Base de cálculo para CS	38.692	39.865
Impostos diferidos - Imposto de renda (25%)	9.581	9.892
Impostos diferidos - Contribuição social (15%)	5.804	5.980
Ativo fiscal diferido	<u>15.385</u>	<u>15.872</u>
Ativo circulante (classif. em "Outros créditos")	4.367	1.418

	2013	2012
Apuração		
Realiz. à longo prazo (classif. em "Outros créditos.")	11.018	14.454
Ativo fiscal diferido	15.385	15.872
c. Movimentação		
Saldo anterior, em 31 de dezembro	13.867	16.018
Ajuste crédito tributário	-	-
Crédito tributário constituído no semestre	3.411	1.216
Crédito tributário revertido no semestre	(1.893)	(1.362)
Saldo atual, em 30 de junho	<u>15.385</u>	<u>15.872</u>
d. Expectativa de realização dos créditos tributários: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:		
Período	2013	2012
2012	-	1.418
2013	262	1.428
2014	4.151	3.670
2015	3.858	9.356
2016	6.301	-
2017	425	-
2018	388	-
	<u>15.385</u>	<u>15.872</u>

O valor presente do crédito tributário, em 30 de junho de 2013, calculado com base na taxa média de captação de 7,90% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 10.867 (R\$ 13.022 em 2012 à taxa de 8,40% a.a.). **15. Limite operacional (Acordo da Basília):** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar. Em 30 de junho de 2013, o índice do Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados do Banco era de 18,69%, superior ao índice mínimo exigido pelos normativos, que é de 11%. **16. Outras despesas administrativas**

	2013	2012
Despesas de processamento de dados	274	303
Despesas com localização e funcionamento	325	336
Despesas de propaganda e publicidade	44	66
Despesas de serviços do sistema financeiro	312	221
Despesas de serviços técnicos especializados	324	396
Despesas de viagem no país	273	322
Custas judiciais e cartorárias de bens retomadas	109	357
Desp. com prov. para perdas com bens não de uso	-	6
Outras	203	139
	<u>1.864</u>	<u>2.146</u>

	Alíquota	2013	2012
17. Despesas tributárias			
Programa de integração social (PIS)	0,65%	174	182
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	1.069	1.118
Imposto sobre serviços (ISS)	5,00%	14	14
Outras despesas tributárias		7	6
Total		<u>1.264</u>	<u>1.320</u>

	2013	2012
18. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	611	555
Rendas de garantias prestadas	822	1.212
Reversão prov. operac. com veículos apreendidos	197	415
Despesas com veíc. apreendidos (bens não de uso)	(355)	(663)
Despesas com Perdas Ações Judiciais	(13)	(20)
Provisão para contingências fiscais	15	(15)
	<u>1.277</u>	<u>1.484</u>
Outras receitas operacionais	1.645	2.182
Outras despesas operacionais	(368)	(698)
	<u>1.277</u>	<u>1.484</u>

	2013	2012
19. Resultado não operacional		
Despesas não operacionais	(237)	(265)
Receitas não operacionais	331	209
	<u>94</u>	<u>(56)</u>

Valores referem-se principalmente a resultado na alienação e baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dação de pagamento). **20. Partes relacionadas: a. Transações e saldos:** O Banco não possui saldos com partes relacionadas em 30 de junho de 2013 e 2012. Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R\$ 25 (R\$ 38 em 2012) no semestre para a Marcopolo S.A. **b. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global a ser pago no exercício a título de remuneração dos Administradores. Na Assembleia Geral Ordinária de 28 de março de 2013 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de R\$ 2.400. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2013 ocorreram despesas no valor de R\$ 859 (R\$ 624 em 2012), conforme segue:

	2013	2012
Remuneração - pró-labore	305	268
Encargos sociais	69	60
Benefícios agregados	485	296
	<u>859</u>	<u>624</u>

A ata da reunião do Conselho de Administração de 26 de fevereiro de 2013 ratificou a Política de Remuneração dos Administradores alinhando com as determinações da Resolução nº 3921/10 do BACEN. **c. Outras informações:** O banco não possui benefícios

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demons-

trações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Moneo S.A em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração do banco, para o semestre, findo em 30 de junho de 2013. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(1.829)	(824)
Valor justo dos ativos do plano	1.395	860
Restrição de limite de ativo de benefício definido	-	(36)
Ativo (Passivo) líquido calculado	<u>(434)</u>	<u>-</u>

a. A movimentação do passivo líquido atuarial é como segue:

	2013	2012
Passivo líquido no início do exercício	(186)	(5)
Ganho (perda) reconhecida	(183)	26
Efeito limite	-	-
Despesas no ano	(124)	(72)
Contribuições reais da empresa no ano	59	51
Passivo líquido não provisionado no período	56	-
Passivo líquido no final do semestre	<u>(378)</u>	<u>-</u>

	2013	2012
Despesa líquida com o plano de pensão e de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a funcionários:		
Despesas		
Custo de serviço corrente	116	77
Juros sobre a obrigação atuarial	74	40
Rendimento esperado do ativo do plano	(63)	(42)
Contribuições de funcionários	(3)	(3)
	<u>124</u>	<u>72</u>

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

	% ao ano
6. Hipóteses econômicas:	
Taxa de desconto	8,64 10,08
Taxa de rendimento esperada s/os ativos do plano	8,64 10,08
Aumentos salariais futuros	7,63 7,37
Inflação	4,50 4,24

	2013 e 2012
c. Hipóteses demográficas:	
Tábua de mortalidade	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RFB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RFB 1944

O Plano de Pensão Marcoprev é avaliado anualmente e atualizado com base nos indicadores do ano anterior. A última Avaliação atuarial segundo as regras do IFRS (International Financial Reporting Standards) foi concluída em 15 de julho de 2013 e realizada pelos atuários independentes Tower Watson Foster & Crosby Ltda. **22. Estrutura de gerenciamento de risco: a. Risco operacional:** O Banco Moneo atendendo às determinações dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o risco operacional ao qual o Banco está exposto. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco Operacional, a qual visa garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura deste gerenciamento é suportada por: Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional, Agentes de Compliance, Compliance Officer e Auditoria Interna, conforme dispõe a Resolução CMN nº 3.380/06. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **b. Risco de mercado:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.464/2007, o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros. A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identifica-

ção e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Tesouraria e Operacional, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor de Risco e Crédito. Também fazem parte desta estrutura: Compliance, Gerência Administrativa e Financeira, Gerência de Riscos e Auditoria Interna. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **c. Risco de crédito:** A estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito do Banco, visa garantir a aderência às leis, regulamentos e normas vigentes e adotar as melhores práticas de Gerenciamento do Risco de Crédito, em consonância com as recomendações da Resolução CMN nº 3.721/2009. A estrutura contempla o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito ao qual o Banco está exposto, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura desta área é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Crédito e Cobrança, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria de Risco e Crédito, Gerência de Crédito e Gerência de Riscos. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **d. Risco de liquidez:** O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva a identificação, a avaliação, o monitoramento e controle dos riscos que podem impactar sua liquidez, em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 4.090/2012. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é composta pelo Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor de Risco e Crédito, Gerência de Riscos e Gerência Administrativa e Financeira. O processo de gerenciamento de risco de liquidez está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A implementação completa desta estrutura, compreendendo o modelo a ser utilizado para o cálculo dos testes de estresse e geração de relatórios, assim como o plano de contingência de liquidez e as medidas necessárias para a manutenção da capacidade de honrar as obrigações esperadas e inesperadas sem prejudicar a continuidade de suas operações, estará concluída até 30 de setembro de 2013. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **e. Gerenciamento de capital:** O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto, em conformidade com as disposições da Resolução 3988/2011. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A estrutura compreende os seguintes órgãos e áreas: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria de Risco e Crédito, Gerência de Riscos e Gerência Administrativa e Financeira. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **Relatório de riscos:** O Banco Moneo disponibiliza em seu site www.bancomoneo.com.br relatório contendo informações relativas ao gerenciamento de riscos, à exposição a riscos e à adequação de capital da Instituição, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo, conforme disposto na Circular 3.477/2009 do Banco Central do Brasil.

Conselho de Administração

Mauro Gilberto Bellini - Presidente do conselho
José Rubens De La Rosa - Vice-presidente do conselho
Carlos Zignani - Conselheiro
José Antonio Vialatti - Conselheiro

Diretoria

Fabio Dahlem da Rosa - Diretor comercial
José Fernando Bettoni - Diretor de risco e crédito
Sergio Abegg - Diretor administrativo e financeiro

Contador

Cleber Alexandre Bernart - CRC/RS 81.323/O-4

As Administradores e Acionistas do Banco Moneo S.A. Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles

de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração do banco, para o semestre, findo em 30 de junho de 2013. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 09 de agosto de 2013
KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6
Wladimir Omiechuk - Contador CRC RS-041241/O-2